

TRIBUTAÇÃO: ANÁLISE DA ALÍQUOTA DO ISSQN E SUA ARRECADAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO

Deisi da Rosa¹

Lucélia Ivonete Juliani²

Resumo:

A tributação é um sacrifício arcado pelo contribuinte a fim de financiar as atividades do Estado. Diversos financistas públicos e economistas desenvolveram teorias da tributação com o intuito de estabelecer o modelo tributário ideal. O precursor da teoria da tributação ótima foi Adam Smith que determinou as quatro máximas da tributação: equidade, certeza, conveniência e economia no recolhimento (ABREU, 2016). O imposto é um tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte (CTN, art. 16). Trata-se, portanto, de um tributo de caráter não vinculado, cuja hipótese de incidência consiste na descrição de um fato qualquer que não seja atuação estatal. Outra característica é que, em regra, não há destinação específica ao produto da arrecadação dessa espécie tributária, isto é, a Constituição proíbe que os valores arrecadados a título de impostos sejam destinados especificamente ao custeio de determinada despesa (MARTINS; SCARDOELLI, 2017). O ISSQN é um tributo de competência municipal, onde sua base para cálculo se refere ao preço dos serviços prestados, isto é, de acordo com cada um específico, ou seja, ad valorem (Caldart, 2007). O ISSQN não ocorre quando se perfectibiliza¹ o contrato, onde uma atividade meramente administrativa (assinatura do contrato) provoca o surgimento do fato impositivo do imposto, momento em que ainda não houve a efetiva prestação do serviço. É regra geral, por decisão do Superior Tribunal de Justiça que o estabelecimento prestador é o local de incidência do imposto (Souza, 2013). O objetivo desta pesquisa é analisar os impactos da alíquota de ISSQN aplicada no município de Santana do Livramento, entre 2000 e 2017. Descrever o processo de cobrança e arrecadação dos impostos, e pesquisar o funcionamento da estrutura tributária em Santana do Livramento, em relação ao ISSQN. Esta pesquisa possui interesse em mostrar a forma pela qual os impostos nos municípios são utilizados e destinados na arrecadação para melhorias locais. O Código Tributário Nacional (2000), em seu artigo 2º, diz que o sistema tributário nacional é regido por emenda constitucional e de competência de leis federais, estaduais e municipais. Este sistema rege impostos, contribuições e taxas que afetam cada contribuinte de maneira diferente. Economicamente, os tributos fazem parte do orçamento dos entes federados e da União, com a finalidade de proporcionar a manutenção da infraestrutura e o bem-estar da sociedade.

Palavras-chave: Alíquota

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

TRIBUTAÇÃO: ANÁLISE DA ALÍQUOTA DO ISSQN E SUA ARRECADAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO

¹ Aluno de graduação. deisicristina2@gmail.com. Autor principal

² Docente. luceliajuliani@unipampa.edu.br. Orientador

TRIBUTAÇÃO: ANÁLISE DA ALÍQUOTA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA- ISSQN- E SUA ARRECADAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO

INTRODUÇÃO

A tributação é um sacrifício arcado pelo contribuinte a fim de financiar as atividades do Estado. Diversos financistas públicos e economistas desenvolveram teorias da tributação com o intuito de estabelecer o modelo tributário ideal. O precursor da teoria da tributação ótima foi Adam Smith que determinou as quatro máximas da tributação: equidade, certeza, conveniência e economia no recolhimento (ABREU, 2016).

O imposto é um tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte (CTN, art. 16). Trata-se, portanto, de um tributo de caráter não vinculado, cuja hipótese de incidência consiste na descrição de um fato qualquer que não seja atuação estatal. Outra característica é que, em regra, não há destinação específica ao produto da arrecadação dessa espécie tributária, isto é, a Constituição proíbe que os valores arrecadados a título de impostos sejam destinados especificamente ao custeio de determinada despesa (MARTINS; SCARDOELLI, 2017).

O ISSQN é um tributo de competência municipal, onde sua base para cálculo se refere ao preço dos serviços prestados, isto é, de acordo com cada um específico, ou seja, *ad valorem* (Caldart, 2007). O ISSQN não ocorre quando se **perfectibiliza**¹ o contrato, onde uma atividade meramente administrativa (assinatura do contrato) provoca o surgimento do fato impositivo do imposto, momento em que ainda não houve a efetiva prestação do serviço. É regra geral, por decisão do Superior Tribunal de Justiça que o estabelecimento prestador é o local de incidência do imposto (Souza, 2013). O objetivo desta pesquisa é analisar os impactos da alíquota de ISSQN aplicada no município de Santana do Livramento, entre 2000 e 2017. Descrever o processo de cobrança e arrecadação dos impostos, e pesquisar o funcionamento da estrutura tributária em Santana do Livramento, em relação ao ISSQN.

Esta pesquisa possui interesse em mostrar a forma pela qual os impostos nos municípios são utilizados e destinados na arrecadação para melhorias locais. O Código Tributário Nacional

Comentado [U1]: Faz uma nota de rodapé para explicar a palavra uma vez que não é muito conhecida.

¹ Completar, acabar, tornar perfeito, finalizar.

(2000), em seu artigo 2º, diz que o sistema tributário nacional é regido por emenda constitucional e de competência de leis federais, estaduais e municipais. Este sistema rege impostos, contribuições e taxas que afetam cada contribuinte de maneira diferente. Economicamente, os tributos fazem parte do orçamento dos entes federados e da União, com a finalidade de proporcionar a manutenção da infraestrutura e o bem-estar da sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a análise do problema de pesquisa observado será o método histórico e dedutivo que segundo Lakatos e Marconi (2012) é realizado a partir de teorias e de leis, ao qual antecipa o acontecimento dos fenômenos particulares.

Também será utilizada a pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (2010) se caracteriza por um estudo descritivo documental, que proporciona ao aluno uma familiaridade com o tema que, com a área de estudo que está interessado, e com suas limitações. Ainda explicam que esta investigação é que possibilitará a delimitação do problema, como também pode indicar uma possível mudança no objeto inicial da pesquisa. Também será utilizada a pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (2010) se caracteriza por um estudo descritivo documental, que proporciona ao aluno uma familiaridade com o tema que, com a área de estudo que está interessado, e com suas limitações. A pesquisa bibliográfica é necessária pois possibilita o conhecimento de todos os meios formais de informações para os procedimentos básicos que irão antecipar possíveis respostas para o problema. Segundo Servo, Bervian e Silva (2007), a pesquisa bibliográfica busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema. Após se utilizará da análise exploratória documental, que consiste no aprofundamento dos conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente. Assim contribui para o esclarecimento das questões superficialmente abordadas pelo assunto, Raupp e Beuren (2006), e coleta de dados, que são métodos utilizados em estudos de usuários que estão relacionados com o tipo de abordagem qualitativa ou quantitativa, Baptista e Cunha (2007), para entender como se dá o funcionamento e arrecadação dos impostos no município de Santana do Livramento. Também será realizada uma análise de estatística descritiva e econométrica feita a partir da observação das variáveis anuais do ISSQN do município de Santana do Livramento com o uso de modelos econométricos, onde o modelo

Comentado [U2]: Coloca que também será utilizada técnicas estatísticas para a sua análise.

utilizado será o dos Mínimos Quadrados Ordiniais (MQO), ou seja, pesquisa exploratória com estatística descritiva, Gujarati(2000).

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Política Fiscal de acordo com Froyen (2013) a política fiscal possui objetivos diferentes dos formulados para políticas públicas, onde o governo é quem decide o comportamento e a fórmula da política fiscal. A política fiscal age de maneira a estimular as variações nos gastos privados de forma que haja complementação direta de gastos através de despesas do governo (CARVALHO, 2008)

Também, segundo Elali (2010) é necessária para o Estado a arrecadação dos recursos financeiros, estes representados por políticas tributárias, que são uma forma de intervenção para a manutenção das receitas do Estado da esfera privada para a pública, tendo assim o poder de regular as atividades tanto na natureza econômica, quanto social. Economicamente, os tributos fazem parte do orçamento dos entes federados e da União, com a finalidade de proporcionar a manutenção da infraestrutura e o bem-estar da sociedade.

As mudanças realizadas com a Constituição de 1988 descentralizaram os impostos, fazendo com que os estados e municípios aumentassem sua autonomia, passando a assumir maior importância na prestação de serviços de interesse local. Brito e Dias (2016). Segundo Rodrigues et al (2017) tem como fato gerador a prestação de serviços, por empresa ou profissional autônomo, que é recolhido ao município em que se encontra o prestador de serviços, estes descritos em lista de serviços da lei complementar nº 116 de 31 de Julho de 2003. A arrecadação do ISSQN é um tanto complexa, pois seus resultados são computados no resultado financeiro, mas sua alíquota é definida dentro de um limite. A destinação dos recursos arrecadados mediante a cobrança de imposto deve ser definida no âmbito da lei orçamentária. A instância competente para se discutir e definir a aplicação de tais recursos é o orçamento público, em face das prioridades de cada ente governamental.

Neste contexto, em relação aos níveis de tributação para Pereira (2008) os repasses Estadual e Federal tornam-se grandes responsáveis e contribuem quase a totalidade dos recursos disponíveis para o funcionamento da máquina pública. Em relação a Santana do Livramento os impostos são destinados para os mais diversos fins. Tendo como exemplo o ISSQN, sua

arrecadação não é destinada para um fim específico, e sim para a complementação das mais diversas receitas orçamentárias.

Estas receitas orçamentárias são complementadas com os impostos cobrados nos municípios (IPTU, ITBI, taxas e contribuições) que como o ISSQN são utilizados para que conjuntamente com as transferências do Estado possam ser destinadas ao custeio da infraestrutura. O ISSQN, é um tributo de competência municipal, onde sua base para cálculo se refere ao preço dos serviços prestados, isto é, de acordo com cada um em específico, ou seja, *ad valorem*. Caldart (2007)

Comentado [U3]: Será que vc consegue colocar pelo menos uma tabela ou gráfico com os dados dos impostos, coisa bem simples.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que para promover a melhor qualidade de vida dos cidadãos, o ente público precisa direcionar suas ações de maneira que seus investimentos, principalmente em educação e saúde seja bem aproveitados, onde as políticas tributárias possam contribuir equilibrando o orçamento, atendendo aos problemas e contribuindo para o desenvolvimento social.

Neste contexto, como esta pesquisa ainda não foi concluída, apenas pode-se conjecturar que uma alta carga tributária não pode ser requisito para o desenvolvimento de uma região, entretanto estudos são necessários ainda nesta área para mensurar e avaliar os melhores níveis de carga tributária para que estados e municípios consigam alcançar um crescimento e desenvolvimento ideais.

Comentado [U4]: Esta em andamento

Comentado [U5]: Não crescimento mas alcançar o objetivo que os impostos tem que o ISSQN tem.

REFERÊNCIAS

ABREU; Iracema Fonseca Siqueira de, **Imposto único: uma utopia fiscal?**, Disponível em <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2209>> Acesso em 5 de Agosto de 2018.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos da. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 12, n. 2, p. 168-184, 2007.

Anais do 10º SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SIEPE
Universidade Federal do Pampa | Santana do Livramento, 6 a 8 de novembro de 2018

BRITO, Hortência de Souza; DIAS, Richardson Rocha; **O Comportamento da receita pública municipal: um estudo de caso no município de Parnaíba-PI**; Revista de gestão e Contabilidade da UFPI . V.3. 2016 Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/gecont/article/view/3466>> Acesso em: 06 de junho de 2018.

CALDART, Wilson Luís. **Arrecadação de ISSQN no Município de Caxias do Sul e a curva de Laffer: evidências empíricas**. IPES/UCS. 2006 Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/TD_IPES_24_MAR%C3%87O_2007.pdf> Acesso em: 30 de maio de 2018.

CARVALHO, Fernando JJ Cardim. **Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana**. - Revista análise econômica. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10906>> Acesso em: 26 de maio de 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ELALI, André. **Incentivos fiscais, neutralidade da tributação e desenvolvimento econômico: A questão da redução das desigualdades regionais**. Disponível em: <<file:///D:/Incentivos%20fiscais.pdf>> Acesso em: 10 de Maio de 2018.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia - Teorias e Aplicações**- 2º Ed.- São Paulo: Saraiva, 2013.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

GUJARATI, Domodar. **Econometria Básica**- 5º Ed.; © 2008, The McGraw-Hill Companies, Inc., New York, NY, EUA

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, relatório, publicações e trabalhos científicos**. – 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2012;

PEREIRA, Francisco Wellington Ávila. **Avaliação da política de incentivos fiscais no desenvolvimento econômico-social do Município de Aquiraz – Ceará.** Disponível em <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2520> > Acesso em 19 de Agosto de 2018.

RAUPP, Fabiano M; BEUREN, Ilse M. **Metodologia de Pesquisa Aplicável a Ciências Sociais.** Disponível em:https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33863767/metodologia_de_pesquisa_aplicavel_as_ciencias_sociais.pdf Acesso em 24 de Junho de 2018.

MARTINS, Alan. SCARDOELLI, Dimas Yamada. **Direito Tributário para concursos.** Disponível em: <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/32140c957d617b28230990105e6a1b87.pdf>. Acesso em 09 de agosto de 2018;

RODRIGUES, Rivelino. **Evidenciação de ISSQN no setor privado e público.** Disponível em: <http://periodicos.unifev.edu.br/index.php/RevistaUnifev/article/view/232>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

SOUZA, Ana Paula D. **O âmbito de incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza na atividade de beneficiamento.** 2013. Disponível em <http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/734> < Acesso em 08 de Agosto de 2018>